

APRESENTAÇÃO

FRONTEIRAS E SOCIABILIDADES URBANAS NO BRASIL PLURAL

Jesus Marmanillo Pereira  

Universidade Federal do Maranhão

Flávio Leonel Abreu da Silveira  

Universidade Federal do Pará

submissão: 23/08/2021 | aprovação: 30/08/2021

É com grande satisfação que apresentamos aos leitores e leitoras o novo número da Amazônica – Revista de Antropologia, mais especificamente do dossiê intitulado *Fronteiras e sociabilidades urbanas no Brasil plural*, cujo escopo tenta abranger as múltiplas realidades presentes no contexto brasileiro, de maneira a contribuir com os complexos imbricamentos entre fronteiras - no sentido amplo do tema, ao qual retornaremos mais adiante - e as formas de sociabilidade existentes no mundo urbano contemporâneo das/nas paisagens citadinas brasileiras.

Nesse sentido, a proposta do dossiê é a de acrescentar ao panorama dos estudos de Antropologia/Sociologia urbanas no âmbito nacional mais elementos para a reflexão sobre as complexidades da vida vivida nas cidades brasileiras - sejam elas pequenas ou médias, e mesmo grandes metrópoles - de maneira a desvelar nuances das realidades urbanas e, por certo, a sua heterogeneidade sociocultural. Tal intento se dá mediante estudos de pesquisadores/as distribuídos/as em diferentes regiões do território nacional. Portanto, nosso dossiê se apresenta como uma espécie de mapeamento de situações etnográficas em diferentes porções do país, ou seja, existem artigos cujas problemáticas abordadas estão situadas de Norte a Sul do Brasil.

A perspectiva que guia o nosso intento

neste dossiê parte principalmente do campo da Antropologia Urbana, dessa rica matriz de pensamento que no contexto brasileiro mostra-se profícua e pulsante, já que podemos falar numa certa tradição do pensamento antropológico urbano à brasileira, ou ainda, de um pensamento situado no campo antropológico que se volta ao mundo urbano e suas múltiplas complexidades no contexto nacional. Sendo assim, as abordagens dos autores presentes neste dossiê conjugam as diversas linhagens do pensamento sobre as cidades no contexto nacional, avançando no debate e contribuindo para a sua continuidade entre nós.

Por outro lado, o fato deste debate ocorrer numa revista intitulada Amazônica tem um efeito simbólico relevante na medida em que desloca certa visão regionalista e periférica acerca da Amazônia e que porventura exista em certos olhares que se percebem no âmago (idealizado, por certo) da vida urbana, e a coloca no seu devido lugar: falamos, ou o dossiê apresenta-se, de um lugar central no país e de enorme relevância global em diversos aspectos da vida social, econômica, ecossistêmica e mental. Talvez fosse melhor dizer que a ecosofia presente na Amazônia é aquela capaz de reconfigurar certos caminhos (utópicos!) para o Brasil, quiçá, o mundo. No entanto, é preciso olhá-la - a Amazônia urbana e a dos longes - com maior parcimônia, respeito e, porque não, amor.

É evidente que a Amazônia figura como a última grande fronteira no contexto nacional - e, sem grande margem de erro, no mundo - e tal condição a coloca no cenário global sob diferentes aspectos, mas certamente todos eles carregados de forças tensionais que impulsionam tanto as formas sensíveis de entrelaçamentos em paisagens mais-do-que-humanas, ao mesmo tempo em que revelam o lugar da fronteira como o “espaço da morte” e da “fragmentação do outro”, como sugerem tanto Taussig (1993) quanto Martins (2018). Mas, se essa é uma questão fundamental para a Amazônia brasileira no contemporâneo, ela é uma realidade para o universo complexo brasileiro desde sempre, justo porque a seletividade das fronteiras, a sua porosidade tensional não raro produziu congraçamentos e formas abjetas de relações sociais em nosso país com suas feições monstruosas e grotescas, senão genocidas.

Nesses termos, o presente dossiê visa problematizar o conceito de fronteira, considerando as sociabilidades e pluralidades culturais das/nas cidades brasileiras evidenciando tanto os congraçamentos quanto os aspectos tensionais da vida social em nosso país. Para tanto, compreendemos o conceito em questão por meio de abordagens epistêmicas que tocam o tema da cidade plural, tão cara ao Brasil diante de sua heterogeneidade sociocultural, econômica e

ecossistêmica; sua riquíssima diversidade regional que em separado contribui para certa unidade e sensação de brasilidade plural e difusa, produtora de mestiçagens e hibridações não menos plurais. Pensar as fronteiras e as pluralidades nas/das formas de sociabilidade no atual é produzir uma reflexão sobre as nuances das feições paisageiras num Brasil em transformação.

Trata-se, portanto, de um dossiê que aposta numa construção teórica configuradora de características interdisciplinares, geometrizável (Bachelard 1996) - no sentido de uma articulação sensível entre pontos (lugares, visões de mundos, expressões imaginárias, de expressões de brasilidade, entre outras) que se tocam, tangenciam, tensionam, enfim, coexistem - e, por isso, constituinte de princípios analíticos nas diversas áreas do saber, especialmente, no âmbito das Ciências Humanas, e que possui variáveis construídas com base em princípios de referências pontuais (limites, pontos, áreas, formas, linhas, entre outros). Esse é, em parte, o nosso desafio com este dossiê.

A partir do exposto, e seguindo tais aspectos, podemos dizer que ele [o conceito de fronteira] permeia tanto os campos da Geografia quanto de uma Sociologia mais estrutural, quando se fala em fronteira como analogia às frentes de expansão e/ou pioneiras (Martins 2018), bastante

substancializada quando remete às fronteiras político-administrativas, naturais, econômicas, de integração nacional, entre outras. Por outro lado, existe toda uma tradição sociológica (Simmel 1983, Weber 1991) construída sobre formações sociais que considera os limites com “o externo”, com o “outro”, e que serve de base para os estudos sobre sociabilidades urbanas, por isso mesmo, volta-se às complexas possibilidades de encontros e congraçamentos, bem como das fronteiras simbólicas entre coletivos humanos - portanto, de zonas de contato mais ou menos friccionadas -, e certamente da produção de guetos/áreas ou zonas de efeito moral em espaços urbanos marcados por tensionamentos constitutivos da vida vivida nas cidades. Aqui, o conceito de fronteira encontra na Antropologia um nicho de reflexão promissor, como bem demonstra as reflexões produzidas em nosso país, e das quais este dossiê é uma amostra.

Sendo assim, o conceito pode ser contextualizado mediante a episteme de modelos analíticos, como os da fricção interétnica (Cardoso de Oliveira 1964), de perto e de dentro (Magnani 2002), pela dialética lembrança-esquecimento (Rocha & Eckert 2005), bem como pela figura do estrangeiro (Simmel 1983), dentre outros pensadores e aspectos relevantes para a abordagem do tema em questão, e que focam nas relações entre o espaço social, a organização humana e as construções simbólicas

na conformação das cidades brasileiras - incluindo mobilidades, trajetórias de vida, entre outros - considerando as temporalidades presentes nas suas feições urbanas, nas dimensões temporais plurais que se assentam nos espaços, mais diretamente nos lugares praticados pelos coletivos mais-do-que-humanos em interação.

É preciso deixar claro que as possibilidades heurísticas da noção de fronteira definem aproximações, distanciamentos e limites vinculados à operacionalidade do conceito (em termos simbólicos, étnicos, sociais, de classe, entre outros), como também marcam a história da Antropologia no Brasil (Peirano 2000, Magnani 1996) pela forma como se desenvolveu a relação com as alteridades distantes e próximas da/na cidade, quiçá de seus imbricamentos tensionais. Daí se depreende que nas tensões e combinações entre modernidade e tradição encontradas nos ambientes urbanos, derivam seus arranjos/associações/ impactos na formação de agrupamentos, neste caso, na constituição de formas sociais capazes de configurar as expressões da heterogeneidade sociocultural urbana no contexto brasileiro contemporâneo, assim com as fronteiras simbólicas entre coletivos que nelas existem como formas sociais distintas e coetâneas.

Com base nesses pontos abordados, o presente dossiê problematiza a ideia de fronteira no sentido

de pensá-la a partir das diversas abordagens apresentadas pelos autores/as deste material apresentado à nossa comunidade interpretativa, tomando-a como movimento mais ou menos tensional no tempo e no espaço, ressaltando o seu caráter interdisciplinar. Para tanto, destacamos as formas de sociabilidade que podem ser empreendidas a partir de duas situações relacionais distintas:

i) Por meio da alteridade distante, quando pensamos as cidades emergindo em regiões onde predominam culturas diversas daquelas desenvolvidas nas urbes, desdobrando-se no desenvolvimento científico da Sociologia e da Antropologia, que possibilitou a fixação de pesquisadores, bem como o início de projetos e produções em cidades distantes das capitais e centros mais antigos do Brasil (mas em interação com eles);

ii) Nas situações de alteridades próximas, quando os grupos sociais marcam presença na própria constituição da cidade, distanciando-se de seus locais de origem. Essa segunda situação pode ser observada em qualquer cidade onde ocorra a migração de camponeses, indígenas e outros grupos “tradicionais” para áreas urbanas, mas também em situações que humanos e não humanos vivos interagem em paisagens coexistenciais, como é o caso dos limites entre Unidades de Conservação

de caráter urbano, ou próximas a adensamentos citadinos.

Partindo deste duplo movimento, o presente dossiê busca refletir e contextualizar as últimas décadas de produções sobre a cidade oriundas de diversas partes do Brasil. Isso porque trata-se de um contexto específico de expansão da pesquisa socioantropológica que esteve relacionada ao programa de reestruturação das universidades públicas, ocasionando a formação de agrupamentos de pesquisadores nas diversas cidades do país e, por certo, de diálogo entre eles a partir de diferentes fóruns de debate. A proposta, assim, é a de mapear, situar e conectar os estudos realizados no contexto nacional, contribuindo para a construção e reflexão de uma agenda de pesquisas que caracterizem o momento atual das alteridades presentes nos espaços urbanos brasileiros e suas implicações na pesquisa em Antropologia Urbana nas diferentes regiões do país de maneira a contribuir com o debate em andamento.

Sabemos que classicamente a existência do termo fronteira toma como referência uma base espacial, de caráter geográfico, portanto. Nesse sentido, ao consultarmos vários dicionários, verificamos que o termo pode ser compreendido como a área limítrofe de uma região ou zona, vinculada à separação de lugares (materiais ou não) em dado contexto, sendo que pontos extremos

demarcam determinados territórios. Ao fazermos um exercício inspirados em Certeau e focados no aspecto microssociológico do termo, mais diretamente naquele que demonstra a relação entre a criatividade dos atores sociais frente às relações de poderes que emergem das percepções modernas até o cotidiano citadino, podemos, primeiramente, pensar o termo em relação ao purismo da unidade e da posição central dos fenômenos observados, ou seja, conforme nos afastamos dos centros geográficos dos territórios, nos aproximamos cada vez mais das fronteiras, sinalizando um processo imaginário de transformação no qual algo vai perdendo sua pureza e coerência argumentativa para ir se mesclando com outras características. Nesse sentido, o termo, quando relacionado ao ponto extremo, existe de forma sistemática em relação ao centro espacial.

Na Antropologia clássica evolucionista, esses extremos e limites foram transpostos para as relações coloniais, gerando sistemas de hierarquização e classificação das relações no âmbito da percepção da realidade social, das classificações e formas de estabelecer as relações materiais, aproximando a aplicação do termo à própria ideia presente no vínculo entre colônias e metrópoles. Em um segundo aspecto, os grupos estudados para além das fronteiras nacionais e continentais eram percebidos como unidades

autocontidas, o que expressava de maneira mais contundente a influência da teoria sociológica, em especial, a noção durkheimiana de morfologia social ou simmeliana e weberiana de formação social. Contudo, esse homem moderno, típico da cidade industrial e estudado pelos sociólogos, surgiu cotidianamente e interpretativamente como a manifestação do discurso da racionalidade moderna presente nas cidades e no desenvolvimento econômico capitalista em oposição ao campônio, por exemplo.

Nesse viés, a noção de fronteira da Antropologia e Sociologia clássicas, disciplinas que *a priori* também passaram a ter existências autônomas entre si por conta da delimitação de suas próprias fronteiras, tendem para as unidades puras e autocontidas dos fenômenos, como se a fronteira servisse para “higienizar” as características que deixam de ser puras, ou não mais atendam às exigências das formações e morfologias sociais específicas: o significado sempre tende a derivar do centro para as margens.

Sendo assim, considerar as complexidades dos fluxos e problematizar as unidades definidas pela noção de fronteira significa trazer à tona a própria questão do poder e da autonomia da ciência, já que o que se tende a ignorar nos cotidianos que marcam os sociólogos e antropólogos clássicos é que os membros da classe operariam, transitariam

e viveriam diferentes realidades na urbe, por mais distintos que sejam os mecanismos e sentidos dessas ações e que as relações entre os europeus e nativos durante o período das navegações redesenhou mapas políticos e comerciais quanto ao contato, demonstrando que após o encontro desses sujeitos históricos, eles não seriam mais os mesmos de antes do ocorrido.

Portanto, a problematização do termo desde a formação de ambas as disciplinas, da forma como é substancializada pelos geógrafos, e na maneira como repercutiu na produção de conhecimento, parece marcar um caminho profícuo para a constituição de uma agenda de pesquisas acerca de temas que podem ser abordados por seus aspectos fronteiriços, tensionais ou de congraçamentos.

Seguindo um viés que problematize os caminhos para se chegar às fronteiras, uma importante orientação, no campo da Antropologia Urbana, é a de Agier (2011), especialmente quando propõe uma etnografia a partir das margens das cidades, oferecendo assim outras formas para se pensar morfologias sociais na urbe. Destarte, o autor subverte as lógicas e hierarquizações espaciais para buscar uma autonomia que tenha como ponto de partida a reflexão sobre as terminologias utilizadas para interpretarmos o mundo social, ou melhor, para nos perguntarmos sobre: 1) Que lentes e mesmo filtros, temos utilizado nas pesquisas e a

partir daí se as realidades observadas realmente correspondem a essas opções efetivadas; 2) Se é possível pensarmos das margens para o centro, problematizando os próprios termos segundo o contexto social e político que os legitimam fora da Academia, e cotidianamente, mas que a tocam de diferentes formas.

Dessa forma, as próprias noções de alteridade distantes ou próximas, também ancoradas em variáveis espaciais, são tomadas como uma orientação, mas também como ponto de partida para reflexões que considerem os atores sociais em fluxo em vários sentidos, possibilitando compreender: i) Outros processos de centralidade e cosmopolitização que ocorrem fora das metrópoles; ii) Que as fronteiras também podem ser compreendidas como ponto de contato, já que representam a convergência de diferentes unidades; iii) Que tal debate pode ser levado para o campo disciplinar localizado entre a Antropologia e a Sociologia; e iv) Que vários objetos de pesquisa na cidade poderiam ser lidos a partir de suas margens, o que significaria inverter sentidos e modelos de interpretação.

Assim, o presente dossiê reúne cinco artigos, um relato etnográfico, um ensaio visual, além de uma resenha, que representam um conjunto de esforços de problematização da noção de fronteira em diversas situações urbanas ocorridas em

idades de Norte a Sul do Brasil. As fronteiras entre o rural e o urbano, entre os centros e interiores ou periferias, entre humanos e não humanos são pontos elencados nos textos que compõem essa coletânea.

No primeiro artigo “Paisagens mais-do-que-humanas transfronteiriças no Sul do Brasil: o caso do Lami, Porto Alegre”, Andréa Barbosa Osório Sarandy, Flávio Leonel Abreu da Silveira e Bárbara Gonçalves exploram uma área de proteção ambiental ao Sul de Porto Alegre (RS), a Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger (REBIOLJL), situada numa zona de tensão entre espaços rurais e urbanos. Nesse âmbito, são analisadas as interações entre a fauna doméstica e a silvestre no escopo da REBIOLJL, sobretudo sua zona de amortecimento e suas implicações para a conservação da biodiversidade urbana. Os autores mobilizam as noções de paisagem e tensão, a partir das quais refletem sobre a ideia de fronteira no mundo urbano.

Já no texto “Pensando fronteiras e territorialidades em dois bairros de São Luís”, Maysa Mayara Costa de Oliveira analisa os bairros ludovicenses da Camboa e da Liberdade, destacando suas relações com o rio Anil e relacionando-os às características da população migrante, originária de cidades dos interiores do estado. Trata-se de um estudo sobre formação de uma cultura local

que problematiza a ideia de fronteira no âmbito dos espaços rurais e urbanos.

No estudo “A pandemia dos espíritos”: notas cosmológicas sobre o encantado de boto e o novo coronavírus na Amazônia”, Jerônimo Silva e Silva explora o contexto do avanço do coronavírus na cidade de Marabá (PA), sob a ótica dos efeitos dos seres encantados que habitam o rio Tocantins e que estão presentes nos relatos de pescadores, rezadeiras, vendedores e moradores do entorno. O texto enfatiza as fronteiras entre os conhecimentos tradicionais e as interpretações científicas do comportamento social em contexto amazônico.

No quarto texto da edição, temos o estudo “A cidade e suas margens: memória e práticas da água na bacia do Una em Belém (PA)”, de Pedro Paulo de Miranda A. Soares, em que o autor analisa a cidade de Belém tomando como orientação a dinâmica topográfica das águas fluviais da capital. Por esses fluxos, ele se volta à construção de agenciamentos, práticas cotidianas e as cidadanias possíveis nesses contextos. Dessa forma, o artigo rompe com fronteiras disciplinares para pensar os sujeitos e suas memórias inseridos em processos de (auto)construção de paisagens, que serve para uma rica problematização sobre a própria noção de “margem” das cidades e de seus rios.

Como quinto material que compõe este dossiê temos o artigo “Etnografias decoloniais:

possibilidades de crítica cultural aos modelos de “desenvolvimento” e à (in)sustentabilidade socioambiental ao Sul do Brasil”, no qual Margarete Fagundes Nunes e Ana Luiza Carvalho da Rocha propõem um rico debate sobre a etnografia da duração em relação à perspectiva decolonial, tendo como recorte analítico a memória ambiental no Vale do Rio dos Sinos (RS). Nesse sentido, as autoras demonstram os conflitos em torno dos usos dos recursos naturais e a influência dos dilemas experimentados para a formação de territórios e paisagens naquele contexto sul-riograndense.

Contamos ainda com o texto “Reflexões sobre a (não) relação entre o Museu do Estado do Pará e os/as trabalhadores/as do seu entorno: Interditos simbólicos em equipamentos culturais públicos no Centro Histórico de Belém”, de Hugo Meneses. Por meio de uma abordagem interdisciplinar que mescla Antropologia e Museologia, ele traz reflexões sobre a (não) relação entre o Museu do Estado do Pará, na cidade de Belém, e os/as trabalhadores/as que atuam no seu entorno. Por meio desse exercício, o autor pontua implicações no próprio projeto de cidade.

Para finalizar a sessão de artigos, o dossiê traz o texto “O contexto da alteridade no cosmopolitismo das fronteiras: esboço para uma etnografia urbana no Norte brasileiro”, no qual Jesus Marmanillo Pereira nos agracia com uma narrativa etnográfica

que problematiza as ideias de fronteira no âmbito da relação entre centros e a expansão para o Norte brasileiro, e depois no âmbito das relações entre grupos étnicos que compuseram a área urbana da cidade de Rorainópolis, no interior do estado de Roraima. Para tanto, ele se sustenta na ideia de fluxo e movimento em oposição a uma noção fixa e substancialista de cultura.

O dossiê conta ainda com um relato etnográfico: “As quebradeiras de coco da comunidade quilombola de Puçã”, no qual Lanna Peixoto e Rafael Diaz demonstram a rica reflexão contida em um laudo a respeito de uma comunidade existente no interior maranhense. O texto traz importantes dados históricos, genealogias de parentesco e as dinâmicas sociais e de trabalho que marcam as complexas relações entre as quebradeiras e o cocobabaçu. Além disso, o relato etnográfico é munido de uma potente narrativa visual que materializa e demonstra o processo descrito pela autora.

Com o ensaio visual “As veredas de Buda”, Alexsânder Nakaóka Elias demonstra uma concepção de fronteira social e cultural por meio das imagens de uma passeata de monges, ocorrida na Avenida Paulista (SP). A partir dessa experiência cotidiana, ele contextualiza a situação no âmbito de debate sobre o fluxo dos processos migratórios, as diferenças de estilos de vida e o cosmopolitismo das cidades e como isso resulta na construção de

outras fronteiras que podem ser observadas nas fotografias que compõem o ensaio.

Finalizando o dossiê, temos a resenha do livro de François Dosse intitulado “O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas”,

na qual Manoel Moraes Jr. aponta como o autor valoriza a pluralidade no campo científico e o rompimento de determinadas fronteiras disciplinares, demonstrando certo cenário em que isso tem ocorrido na França contemporânea.

REFERÊNCIAS

Agier, Michel. 2011. *Antropologia da cidade: Lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

Bachelard, Gaston. 1996. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.

Cardoso de Oliveira, Roberto. 1964. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Magnani, José Guilherme C. 1996. Quando o campo é a cidade: fazendo Antropologia na metrópole, in *Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana*. Organizado por Magnani, José Guilherme C. e Torres, Lilian de Lucca. São Paulo: EDUSP.

Magnani, José Guilherme C. 2002. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.17 (49): 11-29.

Martins, José de Souza. 2018. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto.

Peirano, Mariza. 2000. A alteridade em contexto: a Antropologia como ciência social no Brasil. *Série Antropologia*. 255.

Rocha, Ana Luiza da e Eckert, Cornelia. 2005. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: UFRGS Editora.

Simmel, George. 1983. O Estrangeiro, in *Simmel – Sociologia*. Organizado por Filho Moraes Evaristo de, pp.182-188. São Paulo: Ática. (Col. Grandes Cientistas Sociais, v. 34).

Taussig, Michael. 1993. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem - Um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Velho, Gilberto. 2013. Um antropólogo na cidade: ensaios de Antropologia Urbana. Rio de Janeiro: Zahar.

Weber, Max. 1991. Relações comunitárias étnicas. *Economia e Sociedade*. 1: 267-277.